O Gender Snapshot 2026 e a agenda de mulheres no contexto da UNGA81

El Gender Snapshot 2026 y la agenda de las mujeres en el contexto de la UNGA81

The Gender Snapshot 2026 and the women's agenda in the context of UNGA81

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: Neste boletim é apresentado o relatório "*Gender Snapshot 2026"*, no dia 17 de setembro, no contexto da UNGA81. O documento é uma publicação anual da ONU Mulheres em parceria com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UN DESA) e a edição de 2026, "*Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2026*", tem como eixo a liderança e o poder de decisão. Nenhuma meta do ODS 5 está no rumo para 2030; no ritmo atual, seriam necessários 171 anos para alcançá-la. Apesar do relatório ter ênfase no ODS 5, também é realizada uma avaliação dos indicadores de outras metas, ODS por ODS, que são sensíveis ao gênero. O relatório conclui que a igualdade de gênero na liderança e tomada de decisão é uma realidade distante, com o avanço perdendo ímpeto e, em alguns indicadores, regredindo, enquanto o financiamento e as instituições que sustentam a agenda se enfraquecem.

Palavras-chaves: Mulheres; Equidade de Gênero; Desenvolvimento Sustentável.

Resumen: *Este boletín presenta el informe "Gender Snapshot 2026", lanzado el 17 de septiembre, en el contexto de la UNGA81. El documento es una publicación anual de ONU Mujeres en colaboración con el Departamento de Asuntos Económicos y Sociales de la ONU (UN DESA), y la edición de 2026, "Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2026", tiene como eje el liderazgo y el poder de decisión. Ninguna meta del ODS 5 está encaminada para 2030; al ritmo actual, se necesitarían 171 años para alcanzarla. Aunque el informe hace hincapié en el ODS 5, también realiza una evaluación de los indicadores de otras metas, ODS por ODS, que son sensibles al género. El informe concluye que la igualdad de género en el liderazgo y la toma de decisiones es una realidad lejana, con el avance perdiendo impulso y, en algunos indicadores, retrocediendo, mientras que la financiación y las instituciones que sostienen la agenda se debilitan.*

Palabras clave: *Mujeres; Equidad de Género; Desarrollo Sostenible.*

Abstract: *This article presents the "Gender Snapshot 2026" report, launched on September 17, in the context of UNGA81. The document is an annual publication by UN Women in partnership with the UN Department of Economic and Social Affairs (UN DESA), and the 2026 edition, "Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2026," focuses on leadership and decision-making power. No SDG 5 target is on track for 2030; at the current pace, it would take 171 years to achieve it. Although the report emphasizes SDG 5, it also assesses*

gender-sensitive indicators across other goals, SDG by SDG. The report concludes that gender equality in leadership and decision-making is a distant reality, with progress losing momentum and, in some indicators, regressing, while the funding and institutions supporting the agenda weaken.

Keywords: *Women; Gender Equity; Sustainable Development.*

Introdução

A 81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA81) foi aberta em 8 de setembro de 2026 sob o tema "Restaurar a confiança, gerir a transformação: uma ONU que entrega para todos", com o Debate Geral de Alto Nível entre os dias 22 e 26, e 28 de setembro. Segundo a ONU Mulheres, a sessão ocorre em um cenário de número recorde de conflitos, progresso estagnado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reação organizada (*backlash*) contra os direitos de mulheres e meninas, a apenas quatro anos do horizonte de 2030. O argumento político que a agência leva a Nova York é que o multilateralismo não entrega paz, desenvolvimento ou direitos enquanto as mulheres não tiverem acesso igual ao poder.

Nesse contexto, a ONU Mulheres organizou uma agenda própria na UNGA81. Constam, entre outras atividades, o lançamento do relatório *Gender Snapshot 2026*, no dia 17 de setembro, com coletiva de imprensa na sede da ONU; a reunião anual da Plataforma de Mulheres Líderes da Assembleia Geral, coorganizada pela Presidência da Assembleia e pela diretora-executiva da ONU Mulheres, Sima Bahous; uma mesa-redonda ministerial do G77 e Parceiros Emergentes, com a Croácia, sobre violência facilitada por tecnologia contra mulheres e meninas, incluindo abusos habilitados por inteligência artificial; o evento ministerial dos 10 anos da Rede de Pontos Focais de Mulheres, Paz e Segurança; o diálogo de alto nível sobre "revigorar o multilateralismo feminista" (México, ONU Mulheres e Karama); e sessões na SDG Media Zone sobre a lacuna de liderança e sobre feminismo e IA. Como o Debate Geral começou em 22 de setembro, parte desses eventos ainda não havia ocorrido na data desta redação.

Imagem: Capa do relatório *Gender Snapshot 2026*



Fonte: ONU Mulheres

O documento é uma publicação anual da ONU Mulheres em parceria com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UN DESA) e a edição de 2026, "*Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 202*6", tem como eixo a liderança e o poder de decisão, sustentando que, quando mulheres lideram e o poder é compartilhado, todos os ODS avançam, e que esse avanço desacelera ou reverte em vários países.

O relatório tem quatro blocos: (i) um panorama por ODS; (ii) uma seção sobre liderança, com seis quadros "*In Focus*" (cotas e portfólios ministeriais, violência política, justiça e administração pública, mecanismos nacionais de igualdade, liderança corporativa, organizações de mulheres em contextos humanitários); (iii) capítulos por ODS com figuras; e (iv) o *SDG 5 Tracker*, que classifica nível e tendência de cada indicador do ODS 5 em oito regiões, seguido da lista de 53 indicadores sensíveis a gênero (entre 234 indicadores únicos do marco global) e de dez recomendações.

Nenhuma meta do ODS 5 está no rumo para 2030; no ritmo atual, seriam necessários 171 anos para alcançá-lo (a seção do ODS 5 fala em "2197, não 2030"). Mulheres ocupam 27,4% das cadeiras parlamentares nacionais e 22,4% dos cargos em gabinetes (queda desde o pico de 23,3% em 2024); seis em cada sete países são liderados por homens. Cerca de 1 em 3 mulheres (840 milhões) sofreu violência de parceiro íntimo ou sexual ao longo da vida; 316 milhões sofreram violência física ou sexual de parceiro íntimo nos últimos 12 meses. Mulheres detêm 64% dos direitos legais dos homens; nenhum país alcançou igualdade legal plena. O financiamento bilateral com objetivos de igualdade de gênero caiu 13% (2023–2024) e o destinado a organizações de direitos das mulheres, 28%. Na saúde, a razão de mortalidade materna caiu quase 40% desde 2000 (328 para 197 por 100 mil nascidos vivos em 2023), mas mulheres são 26,3% dos ministros da saúde e recebem cerca de 6% do investimento privado em saúde; a assistência ao desenvolvimento para saúde deve cair 29–46% entre 2024 e 2026.

As seções a seguir, seguem a ordem do relatório, com ênfase nas metas e indicadores que atravessam a saúde de mulheres, crianças e adolescentes.

Nível, tendência e cobertura de dados

O *SDG 5 Tracker* avalia 9 metas e 18 indicadores e subindicadores do ODS 5 com duas lentes: o nível (de "meta atingida ou quase" a "muito distante") e a tendência (de "no rumo" a "regressão"), para o mundo e para oito regiões do agrupamento M49 da Divisão de Estatística da ONU. O resultado global é tenebroso, pois nenhum indicador está em "meta atingida ou quase"; 2 estão "próximos da meta", 10 a "distância moderada", 2 "distantes", 1 "muito distante" e 3 sem dados suficientes. Na tendência, 10 indicadores mostram "progresso marginal, exigindo aceleração significativa", 8 não têm dados para avaliar mudança, e nenhum está no rumo em nível global.

A disponibilidade de dados do ODS 5 melhorou (56,6% desde 2015, contra 19,3% em 2019), mas ainda há menos de metade dos países com dados sobre trabalho doméstico e de cuidado não remunerado (48,7%), posse de celular (47,7%), mutilação genital feminina (41,7%), decisão sobre saúde reprodutiva (41,5%) e propriedade ou direitos seguros sobre terra agrícola (40,4%). Fora do ODS 5, apenas 40,8% dos indicadores sensíveis a gênero têm ao menos um dado desde 2015.

Importante mencionar que diversas médias regionais repousam em coberturas populacionais muito baixas. No indicador 5.6.1 (autonomia em saúde sexual e reprodutiva), a média mundial se baseia em 78 países e 49% da população; a de Ásia Oriental e Sudeste Asiático, em 6 países e 9% da população; a de Europa e América do Norte, em 10 países e 10%; a da América Latina e Caribe, em 9 países e 18%; e a de Norte da África e Ásia Ocidental cobre apenas a Ásia Ocidental (4 países, 6%). Comparações regionais nesse indicador, portanto, são frágeis e não devem ser apresentadas como retrato da região.

O relatório trabalha quase que exclusivamente com desagregação por sexo. Raça/cor, etnia, condição de migração e localização rural/urbana aparecem só de forma pontual, o que limita a leitura para contextos em que as desigualdades de gênero são atravessadas pelo racismo, por exemplo.

Liderança e poder de decisão

O relatório sustenta que a liderança feminina é o fio condutor de todo avanço em igualdade de gênero. Entretanto, os desafios para esse alcance, são múltiplos. Na política, o número de países com mulher chefe de Estado ou de governo subiu de 20 para 28 entre 2020 e 2026, mas seis em cada sete seguem liderados por homens; a presença em gabinetes nacionais recuou para 22,4% (depois de um pico de 23,3% em 2024) e nos parlamentos chegou a 27,4%. No ritmo da última década, a paridade parlamentar só seria alcançada em 2064; no ritmo dos últimos cinco anos, em 2089. Já a violência política segue como barreira relevante, atingindo 8 em 10 candidatas ao parlamento e 6 em 10 candidatas a governos locais nos 13 países pesquisados.

Na justiça e na administração pública, mulheres são maioria entre juízes (51,2%) e escrivães (57,5%), mas apenas 29,0% dos promotores e 19,6% dos presidentes de cortes supremas; só 1 em 4 ministros de administração pública é mulher. Nos mecanismos nacionais de igualdade de gênero, apenas 87 países têm pasta ministerial dedicada ao tema, e um levantamento de 2026 indica que cerca de 1 em 3 desses mecanismos perdeu poder institucional nos últimos dois anos (menos pessoal, menos influência decisória, cortes de orçamento).

No setor corporativo, mulheres são 5,8% dos CEOs e 25,1% dos assentos em conselhos de empresas de capital aberto, com remuneração 67,6% menor que a de conselheiros homens; no capital de risco, apenas 2,3% do volume global de 2024 foi para equipes fundadoras exclusivamente femininas. Por fim, os movimentos de mulheres, embora em expansão em alguns contextos (como a América Latina e o Caribe, segundo o Índice de Mobilização Feminista), enfrentam retração de espaço cívico e de financiamento: organizações de direitos das mulheres tiveram queda de 28% nos recursos entre 2023 e 2024, e um levantamento de 2026 com 855 organizações em contextos humanitários mostra que 88% já não conseguem atender ao nível de necessidade atual.

ODS 1 – Erradicação da pobreza

Em 2024, 9,9% das mulheres e 9,5% dos homens viviam em pobreza extrema, com 295 milhões de mulheres e meninas na África Subsaariana sendo abandonadas. Na linha de US$ 8,30 por dia, mais de 40% da população global viverá na pobreza em 2030. Mulheres são apenas 19% dos ministros de pastas econômicas e 40% dos de proteção social. O relatório associa presença feminina em cargos fiscais e políticos a maior gasto público em saúde e educação e menor mortalidade infantil, e afirma que, quando as mulheres controlam mais o gasto domiciliar, uma

parcela maior dos recursos vai para alimentação, educação e saúde das crianças. O investimento público em proteção social, saúde e educação teria o maior potencial de redução da pobreza feminina.

Em 2024, a pobreza extrema atingia crianças e adolescentes em proporção muito superior à média (0 a 4 anos: 20,8% das meninas e 20,2% dos meninos; 5 a 9: 18,7% e 17,7%; 10 a 14: 16,0% e 15,3%), quase o dobro do nível de todas as idades, com pequena desvantagem feminina já na infância. A maior diferença absoluta está em 25 a 34 anos (9,2% contra 7,2%) e em 35 a 39 (7,7% contra 6,7%), enquanto o texto fala em "15–34 anos" (a faixa de 15–24 mostra 11,4% contra 10,7%).

O relatório reconhece que os números subestimam a privação feminina porque supõem partilha igualitária de recursos no domicílio. A consequência para a agenda de saúde é que a pobreza infantil (a categoria mais afetada) é o dado mais robusto do capítulo e não é tratada como tal. Dos cinco indicadores sensíveis a gênero do ODS 1, só o 1.1.1 tem dados apresentados; 1.3.1 (proteção social, com desagregação por gestantes e recém-nascidos), 1.2.2 (pobreza multidimensional) e 1.4.2 (segurança da posse da terra) ficam sem análise.

ODS 2 – Fome zero

A insegurança alimentar moderada ou grave atingiu 23,6% das mulheres e 22,7% dos homens em 2025. Se as tendências persistirem, mais de 25% das mulheres (cerca de 1,1 bilhão) ainda estará em insegurança alimentar em 2030.

Tabela: Insegurança alimentar moderada ou grave, população de 15 anos ou mais, 2025 (%).

Região	Mulheres	Homens	Diferença (p.p*)
Mundo	23,6	22,7	0,9
América Latina e Caribe	24,4	20,7	3,7
Norte da África e Ásia Ocidental	34,0	30,5	3,5
Ásia Central e Meridional	31,9	30,6	1,3
Europa e América do Norte	9,5	7,6	1,9

Fonte: UN Women; UN DESA (2026). Tabela criada com auxílio da IA Claude.
*p.p = Pontos Percentuais.

O relatório atribui parte disso a choques de preços, já que um aumento de 10% nos alimentos está associado a um salto maior na insegurança alimentar entre mulheres do que entre homens, pressão que deve se intensificar aos efeitos do El Niño.

ODS 3 – Boa saúde e bem-estar

A expectativa de vida das mulheres aumentou de 59,3 anos (2000) para 63,0 (2021). Os partos assistidos por profissional qualificado passaram de 60,7% para 87,2% (2000–2025); a demanda por planejamento familiar subiu de 73,7% para 77,2%. Novas infecções por HIV em mulheres de 15 a 49 anos caíram de 0,74 para 0,24 por mil não infectadas entre 2000 e 2025. A

razão de mortalidade materna caiu quase 40% (de 328 para 197 mortes por 100 mil nascidos vivos) entre 2000 e 2023, entretanto a meta 3.1 é reduzi-la para menos de 70 por 100 mil, o que ainda está muito distante.

O relatório projeta queda de 29% a 46% na assistência ao desenvolvimento para saúde entre 2024 e 2026 e estima que o encerramento permanente de programas-chave de HIV poderia causar mais de 6,6 milhões de novas infecções entre 2025 e 2029. Na autonomia, dados de 2017–2020 indicam que cerca de metade ou menos das mulheres em idade reprodutiva participa de decisões sobre o próprio cuidado em países como Serra Leoa (43,9%) e Tajiquistão (45,7%). No indicador 5.6.1, apenas 56,3% das mulheres de 15 a 49 anos casadas ou em união decidem sobre contracepção, relações sexuais e saúde reprodutiva, proporção inalterada em relação ao ano anterior (África Subsaariana, 36,8%; Ásia Central e Meridional, 61,6%; Europa e América do Norte, 87,2%).

Na governança e no financiamento, mulheres ocupam 26,3% dos cargos de ministro da saúde em 2026 e a saúde da mulher recebe cerca de 6% do investimento privado global em saúde. A hemorragia pós-parto, principal causa de morte materna e associada a 27 milhões de mulheres por ano, segue subpesquisada; o diagnóstico de endometriose, que atinge 1 em 10 mulheres e meninas em idade reprodutiva, leva de 4 a 12 anos; e resultados desagregados por sexo raramente são reportados. O relatório propõe três medidas: reverter os cortes no financiamento da saúde, colocar mulheres na liderança em saúde e tornar obrigatória a pesquisa desagregada por sexo.

Ficam sem análise a taxa de fecundidade na adolescência (3.7.2), o indicador do ODS mais diretamente voltado a adolescentes, e a cobertura de serviços essenciais de saúde (3.8.1). Mortalidade neonatal e infantil, vacinação, saúde mental, doenças crônicas, câncer do colo do útero, aborto inseguro, violência obstétrica e qualidade do cuidado não são tratados. Além disso, “Saúde da mulher” fica reduzida a saúde materna.

ODS 4 – Educação de qualidade

Há 327 milhões de estudantes a mais na escola que em 2000 (+30%), mas 273 milhões de crianças, adolescentes e jovens estavam fora da escola em 2024, com meninas rurais e de domicílios mais pobres em maior vulnerabilidade. Em áreas rurais da República Democrática do Congo e do Senegal, por exemplo, menos de 6 meninas completam o ensino médio para cada 10 meninos; nos domicílios mais pobres de Angola, Moçambique e Sudão (antes da guerra), no máximo 3.

O relatório relaciona maior presença feminina em parlamentos a mais gasto em educação, melhor conclusão do ensino fundamental e paridade na matrícula, cita a Índia (conclusão do ensino fundamental em áreas urbanas; cotas em conselhos de aldeia em Bengala Ocidental) e a África francófona, onde alunos de escolas primárias com diretoras teriam desempenho equivalente a, no mínimo, seis meses de aprendizagem a mais em matemática e leitura. A parcela de ministras da educação chegou a 31,8% em 2024, mas caiu para 28,7% em 2026; a proporção de diretoras é, em média, pelo menos 20 pontos percentuais menor que a de professoras, e só 11% dos países adotam medidas para diversificar o recrutamento de diretores.

ODS 5 – Igualdade de gênero

O relatório abre o capítulo com a tese de que as barreiras ao poder das mulheres tornam a igualdade de gênero “uma meta para 2197, não 2030”.

Marcos legais

Entre 2019 e 2024, 99 reformas em 47 países removeram leis discriminatórias e fortaleceram marcos legais, sobretudo em emprego e direitos econômicos (igualdade salarial, fim de restrições a certas ocupações, não discriminação na contratação, herança e propriedade). Ainda assim, nenhum país tem nota máxima nas quatro áreas do indicador 5.1.1 (marcos gerais e vida pública, violência contra mulheres, emprego e benefícios econômicos, casamento e família), 51% de 131 países mostram lacunas em cada área e as mulheres têm em média 64% dos direitos legais dos homens.

Violência

Cerca de 1 em 3 mulheres de 15 anos ou mais (840 milhões) sofreu violência de parceiro íntimo ou violência sexual ao longo da vida, número que "pouco se moveu" desde 2000, e 316 milhões (11%) sofreram violência física ou sexual de parceiro íntimo nos últimos 12 meses. Mais de 1 em 10 mulheres e meninas sofreu violência sexual por não parceiro nos últimos 12 meses em Nauru (10,2%), Tunísia (13,5%) e México (14,0%). A violência facilitada por tecnologia esteve ausente dos discursos de alto nível: nas sessões de 2024 e 2025 da Assembleia Geral, nenhum líder mundial a mencionou.

Casamento infantil e mutilação genital feminina

Cerca de 1 em 5 meninas (18%) se casa antes dos 18 anos, ante 22% em 2015; o ritmo de redução quase dobrou na última década, impulsionado por educação das meninas, empoderamento econômico e redução da pobreza. Estima-se em 230 milhões o número de sobreviventes de mutilação genital feminina. O casamento infantil (5.3.1) está a distância moderada da meta no mundo, com progresso marginal; a África Subsaariana está "distante", também com progresso marginal; Norte da África e Ásia Ocidental e Oceania estão estagnadas; e Ásia Oriental e Sudeste Asiático está mais próxima da meta. A América Latina e o Caribe aparece a distância moderada com progresso marginal, mas a média cobre só 19 países (52% da população) e o indicador inclui uniões informais, sobre as quais o relatório não se detém. Para mutilação genital (5.3.2), não há nível nem tendência mundial e a cobertura é de 41,7% dos países.

Trabalho doméstico e de cuidado não remunerado

Em 2023, mulheres e meninas dedicaram em média 2,5 vezes mais horas diárias que os homens a essas tarefas, até 4,9 vezes no Norte da África e na Ásia Ocidental. O *tracker* classifica o nível como "distante" no mundo e "muito distante" no Norte da África e Ásia Ocidental e na Ásia Central e Meridional; 69 países estão distantes ou muito distantes da paridade no uso do tempo.

Participação nas decisões

Além dos parlamentos e governos locais, mulheres ocupam 30,5% dos cargos gerenciais (26,9% em 2015; apenas 11,6% na Ásia Central e Meridional) e 24% dos principais cargos editoriais em 240 veículos de 12 países (2024).

Autonomia em saúde sexual e reprodutiva

O indicador 5.6.2 (leis que garantem acesso igual a saúde e educação sexual e reprodutiva) está "próximo da meta" no mundo, na América Latina e Caribe e na maior parte

das regiões, e “alcançada ou quase” na Europa e América do Norte e em Austrália e Nova Zelândia.

Autonomia em saúde sexual e reprodutiva

O indicador 5.6.2 (leis que garantem acesso igual a saúde e educação sexual e reprodutiva) está “próximo da meta” no mundo, na América Latina e Caribe e na maior parte das regiões, e “alcançada ou quase” na Europa e América do Norte e em Austrália e Nova Zelândia.

Terra

Em 71 de 78 países (91%), mulheres têm menor probabilidade de possuir ou ter direitos seguros sobre terra agrícola. Cerca de dois terços dos países oferecem pouca ou nenhuma proteção legal aos direitos das mulheres à terra, mais de 40% não garantem consentimento do cônjuge e igualdade na herança, e menos de 30% asseguram registro conjunto ou participação feminina na governança da terra. O indicador 5.a.2 (marcos legais) está “muito distante” na África Subsaariana e no Norte da África e Ásia Ocidental.

Celular

Em 2025, 78% das mulheres e 87% dos homens possuíam celular; mulheres são 67% das pessoas sem celular. Só 47,7% dos países têm dados, e o relatório nota que a tendência de “estagnação” em regiões como Europa e Austrália/Nova Zelândia reflete a proximidade do teto de 100%.

Orçamento sensível a gênero

Entre 131 países com dados, apenas 1 em 4 reúne os três critérios (intenção, rastreamento de recursos e transparência) exigidos para alocações orçamentárias sistemáticas em prol da igualdade de gênero; a disponibilidade de dados quase dobrou desde 2018 (69 países). O nível é “muito distante” no mundo, com tendência de progresso marginal; a África Subsaariana está “no rumo” em tendência (mas ainda “muito distante” em nível), enquanto Norte da África e Ásia Ocidental e Ásia Central e Meridional mostram regressão.

ODS 6 e 7 – Água, saneamento e energia

Os ODS 6 e 7 não têm nenhum indicador sensível a gênero, e o relatório aproveita o espaço para trazer evidências ilustrativas, mas pouco generalizável.

ODS 6: Água limpa e saneamento

Em 2024, 2,1 bilhões de pessoas não tinham água potável gerida com segurança, 3,4 bilhões não tinham saneamento seguro e 1,7 bilhão não tinha serviços básicos de higiene. No ritmo atual, em 2030 apenas 84% das escolas terão água básica, 81% saneamento básico e 79% higiene básica (cerca de 406 milhões de crianças em escolas sem higiene básica). Mulheres e meninas coletam a água em 70% dos domicílios sem água no local; apenas 4% das mulheres vivem em países com alto grau de incorporação de gênero na gestão da água; e só 49% dos serviços de saúde tinham banheiros com instalações de higiene menstrual em 2025. Em 2023, 39% das escolas ofereciam educação em saúde menstrual e 31% tinham lixeiras para resíduos menstruais nos banheiros femininos. Pesquisas locais ilustram o efeito: em Cabo Delgado (Moçambique, 2025), três quartos das estudantes não conseguiam se lavar ao trocar o material

menstrual, mais da metade sentia nervosismo ao ir à escola e um quarto faltou à aula; em Fez (Marrocos, 2023), 77% das meninas e 68% dos meninos se sentiam inseguros no banheiro escolar.

ODS 7: Energia acessível e limpa

O ritmo de eletrificação caiu pela metade entre 2020 e 2024 em relação à década anterior e estagnou em 92%; 655 milhões de pessoas, entre elas 326 milhões de mulheres e meninas, seguem sem eletricidade. Um quarto da população mundial (1,5 bilhão de moradores rurais) cozinha com combustíveis poluentes, e a poluição doméstica causou cerca de 1,43 milhão de mortes prematuras em mulheres em 2021 (cardiopatia isquêmica, 27,9%; AVC, 24,0%). O encerramento do *Power Africa Off-grid Programme* (US$ 1,2 bilhão mobilizados; 7,2 milhões de conexões) é citado como sinal do impacto dos cortes. Mulheres são 32% dos empregos e 19% dos cargos de liderança sênior na transição para energias renováveis.

ODS 8 – Emprego digno e crescimento econômico

Entre 2015 e 2026, a participação feminina na força de trabalho aumentou em 128 de 186 países e a diferença em relação aos homens diminuiu em 135. Ainda assim, em 2026, 63,9% das mulheres de 25 a 54 anos estão na força de trabalho, ante 92,0% dos homens, e elas se concentram no emprego informal e mal remunerado (40% a 71% do emprego feminino é informal no Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Estado da Palestina e Síria).

Na Ásia Ocidental, mulheres realizam de 80 a 90% do cuidado não remunerado. Em países de baixa e média renda, 73% das mulheres tinham conta financeira em 2024 (50% em 2014), mas usam menos pagamentos digitais a comerciantes (38% contra 45%) e crédito formal (22% contra 26%). A proporção de mulheres em cargos gerenciais subiu de 26,9% para 30,5%, mas gestoras ganham menos por hora que gestores em 66 de 83 países.

As maiores diferenças salariais entre gestores estão no Sudão (62,6%), Senegal (53,0%) e Kiribati (41,9%), seguidos por Laos (35,2%), Rússia (30,8%) e Zimbábue (30,4%); Estados Unidos (24,3%), Finlândia (22,4%) e França (19,7%) ficam em faixas intermediárias, e Reino Unido (7,2%), Vietnã (5,9%) e Fiji (1,1%) entre as menores. Em 17 países, gestoras ganham mais que gestores, entre eles Grécia (−15,1%), Belize (−11,1%) e Índia (−4,7%). Os países são citados como exemplos das faixas, não como classificação completa. Diferenças salariais negativas em Grécia, Belize e Índia provavelmente refletem composição da amostra de gestoras (setor formal, poucos cargos), e o relatório não discute isso.

Dos seis indicadores sensíveis a gênero do ODS 8, o relatório apresenta apenas parte; ficam sem análise o trabalho infantil (8.7.1) e acidentes de trabalho (8.8.1). Não há discussão sobre garantia de acesso à maternidade, creches ou licenças, embora a permanência de mulheres no trabalho dependa disso.

ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura

Mulheres eram 31,4% dos pesquisadores em 2023 (29,5% em 2013). Elas superam os homens entre concluintes de cursos superiores de STEM em apenas 8 de 118 países; ocupam 24,4% dos ministérios de ciência e tecnologia; são cerca de 22% dos profissionais de IA e menos de 14% das lideranças sênior da área, e têm 20% menos probabilidade de usar IA generativa. *Startups* com ao menos uma fundadora ou pessoa não binária somavam 18,1% em 2024 (19,9% em 2015) e captaram 37,5% menos capital. Pela Figura 8, a participação de pesquisadoras subiu

em todas as regiões entre 2013 e 2023 (por exemplo, Ásia Central e Meridional, de 19,5% para 27,9%; África Subsaariana, de 29,8% para 34,3%), exceto na América Latina e Caribe, a mais alta (de 45,3% para 44,6%, variação pequena).

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Apenas 23% das mulheres com deficiência têm emprego, contra 34% dos homens com deficiência, 46% das mulheres sem deficiência e 67% dos homens sem deficiência; em 25 países, só 3% das mulheres com deficiência empregadas são legisladoras, dirigentes ou gerentes (4% entre as sem deficiência). Em 14 países da Ásia e do Pacífico, mulheres com deficiência representavam 6% dos membros de mecanismos nacionais de coordenação sobre deficiência, contra 15% dos homens com deficiência, 31% das mulheres sem deficiência e 48% dos homens sem deficiência; em seis países não havia nenhuma.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Cerca de 1,16 bilhão de pessoas vive em favelas ou assentamentos informais, com mulheres e meninas sobrerrepresentadas, e a parcela da população com acesso conveniente a espaços públicos abertos caiu de 48,0% para 45,9% entre 2020 e 2025 (414 cidades de 126 países). Na América Latina e Caribe, a proporção de prefeitas (16,6%) é cerca da metade da de vereadoras (32,6%); na União Europeia, 18,9% contra 34,9%. O relatório cita evidências de que prefeitas priorizam inclusão social, igualdade e segurança: nos EUA, eleger uma prefeita associa-se a aumento de 6% na probabilidade de prisão de autores de violência contra mulheres e a cerca de 13 p.p. a mais em denúncias de vítimas; no Chile, prefeitas teriam ampliado o registro de crimes contra mulheres; no Cairo, a participação de organizações de mulheres tornou o transporte por BRT mais responsivo à segurança.

Dentre países da América Latina e Caribe, Peru (5,4% de prefeitas; 47,7% de vereadoras) e Bolívia (6,0%; 50,7%) têm conselhos municipais próximos da paridade e prefeituras quase sem mulheres; México (22,9%; 48,5%), Costa Rica (26,2%; 47,1%) e Equador (18,6%; 40,3%) seguem esse desenho em menor grau. Cuba (46,4%; 44,2%) e Panamá (14,8%; 12,9%) são as únicas com mais prefeitas que a proporção de vereadoras. Com 13,2% de prefeitas e 18,2% de vereadoras, o Brasil tem a terceira menor proporção de vereadoras, à frente apenas de Panamá e Guatemala.

Dos três indicadores sensíveis a gênero do ODS 11, o relatório apresenta somente o acesso a espaços públicos abertos em nível geral, sem desagregação por sexo; não traz dados de transporte (11.2.1) nem de assédio (11.7.2).

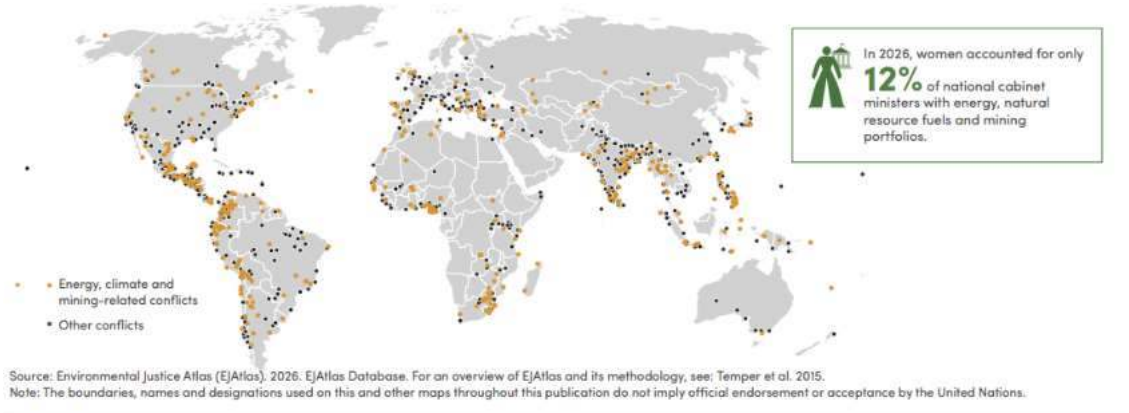
ODS 12 a 15 – Clima e meio ambiente

O relatório trata os ODS 12 a 15 (Consumo e produção responsáveis; Combate às alterações climáticas; Vida debaixo d'água; e Vida sobre a terra) em conjunto, a partir da exposição das mulheres a riscos climáticos. Mais de dois terços da população mundial (5,8 bilhões) vive em países com exposição alta ou muito alta a riscos climáticos e geofísicos, e metade desse contingente, (2,9 bilhões), é de mulheres e meninas. Outro bilhão de mulheres e meninas (24,5%) está em contextos de exposição média, e apenas 224,9 milhões (5,5%) vivem em países de exposição baixa ou muito baixa. O texto destaca ainda que, no verão europeu de 2022, mulheres idosas responderam por uma parcela desproporcional das mortes associadas ao calor, o que mostra que o risco se distribui de forma desigual também entre faixas etárias, mesmo em regiões de renda alta.

O relatório defende que a resposta a esse cenário exige a participação das mulheres nas decisões ambientais e no plano internacional houve algum avanço. Mulheres foram 40% das delegadas da COP30, em 2025, contra 31% na COP14, em 2008; e 52,7% das responsáveis pelos relatórios nacionais no ciclo mais recente da Convenção de Minamata sobre Mercúrio (2023). No plano nacional, o progresso é menos consistente. Em 2026, mulheres são apenas 27% dos ministros de meio ambiente e 12% dos ministros de energia, combustíveis, recursos naturais e mineração. Ou seja, estão menos presentes justamente nas pastas ligadas aos setores de maior impacto ambiental.

Fora dos espaços "formais", as mulheres lideram a mobilização por ação climática e pela defesa dos ecossistemas. Até julho de 2026, 1.024 de 4.454 conflitos socioambientais mapeados no mundo (quase um quarto) envolveram defensoras de direitos humanos ambientais (Mapa 1), número que o próprio relatório considera subestimado por lacunas e vieses da cobertura midiática. Apesar de não desagregar os dados por região, o mapa explicita os locais dos casos do "Atlas de Justiça Ambiental" e mostra pontos mais densos na América Latina e no Sul e Sudeste Asiático, sem números por país.

Mapa 1: Casos de justiça ambiental relatados envolvendo mulheres defensoras do meio ambiente, até julho de 2026



Fonte: UN Women; UN DESA (2026).

O bloco todo tem um único indicador sensível a gênero (13.3.1, sobre educação para a cidadania global e para o desenvolvimento sustentável). O relatório carece de informação explícita sobre calor extremo e gestação, insegurança alimentar e desnutrição infantil associadas a eventos climáticos, deslocamentos e doenças sensíveis ao clima. O dado dos conflitos vem de uma compilação colaborativa de casos documentados por pesquisadores e ativistas, sujeita a viés, de modo que "quase um quarto" não uma proporção populacional. Por fim, o contraste entre a presença de mulheres em delegações (cerca de 40%) e em ministérios (12% a 27%) sugere um descompasso entre os espaços de negociação e os de decisão nacional, que o relatório descreve.

ODS 16 – Paz, justiça e instituições fortes

Em 2025, 18,8% das mulheres e meninas (756,1 milhões) viviam a menos de 50 km de ao menos um evento de conflito armado (50,5% em Estados frágeis). A ONU verificou cerca de 9.800 casos de violência sexual relacionada a conflitos, mais que o dobro de 2024 (4.600), e uma em cada quatro pessoas civis mortas em conflitos armados, foi mulher ou menina. Quase 8 em 10 processos de paz não tinham mulheres como negociadoras ou mediadoras, e só 2 acordos de paz tiveram mulheres signatárias (Colômbia e República Democrática do Congo). Menos de 5%

dos líderes mencionaram o *backlash* contra direitos das mulheres no Debate Geral de 2025. A proporção de mulheres que acham que a tomada de decisão é inclusiva e responsiva varia de 8,4% na Tunísia a 69,9% na Lituânia; fica abaixo de 3 em 10 no Estado da Palestina (21,2%), na República da Coreia (21,4%), na Nova Zelândia (23,7%) e na Colômbia (28,6%).

O aumento de casos verificados de violência sexual em conflitos reflete, segundo o próprio relatório, tanto a piora das dinâmicas de conflito quanto a maior capacidade de verificação, e não deve ser lido como incidência. O capítulo trata conflito pela perspectiva da participação política das mulheres e dá pouco espaço à saúde materna e infantil em contextos de conflito e deslocamento (como acesso a partos, vacinação). A estatística de que uma em cada quatro vítimas civis é mulher ou menina não separa meninas de mulheres, e não há dados sobre violações graves contra crianças, violência sexual contra meninos, tráfico (16.2.2) nem violência sexual na infância (16.2.3), embora constem da lista de indicadores sensíveis a gênero.

ODS 17 – Parcerias em prol das metas

A assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) líquida caiu 23,3% em 2025 e deve seguir em queda: em 2028, projeta-se 9,9% abaixo de 2025, com relação AOD/renda nacional bruta em 0,21% (meta acordada: 0,7%). A AOD bilateral com objetivos de igualdade de gênero caiu 13% entre 2023 e 2024, ao menor volume desde 2021; os recursos para organizações de direitos das mulheres caíram 28%; a AOD para acabar com a violência contra mulheres, que crescia desde 2020, deve cair 17–20% em 2025; e o apoio a saúde populacional e reprodutiva pode diminuir até 54,1% entre 2024 e 2026. 42% das entidades da ONU relatam enfraquecimento de seu trabalho em igualdade de gênero. Apenas 15% do financiamento a projetos de igualdade de gênero está associado a iniciativas de liderança de mulheres. Mulheres são 27% dos estatísticos-chefes de institutos nacionais de estatística e 28% no sistema da ONU e em organizações internacionais.

Recomendações do relatório

As dez recomendações são de fortalecer mecanismos nacionais de igualdade; ampliar o orçamento sensível a gênero e os sistemas de acompanhamento; adotar medidas especiais, inclusive cotas, em cargos eletivos, serviço público, Judiciário e setor privado; usar as regras eleitorais para reduzir o custo das campanhas; garantir participação de grupos marginalizados; criminalizar a violência política contra mulheres; transformar normas sociais; reverter a queda da AOD para igualdade de gênero, com recursos flexíveis, plurianuais e diretos para organizações locais; e restaurar o investimento em estatísticas desagregadas por sexo e interseccionais.

Considerações finais

O *Gender Snapshot 2026*, lançado em 17 de setembro no contexto da UNGA81, escancara o (já esperado) fato de que, no ritmo atual, a igualdade de gênero levaria 171 anos para ser alcançada. Nenhum indicador do ODS 5 está no caminho para ser cumprido até 2030. O relatório reúne evidências de que o avanço em liderança e poder de decisão perdeu ímpeto e, em alguns indicadores, regride, ao mesmo tempo em que o financiamento e as instituições que sustentam a agenda se enfraquecem.

As/aos interessadas/os, sugere-se fortemente a leitura do documento na íntegra. Para quem tiver interesse numa leitura específica do ODS 5, entre as páginas 27 e 33, é apresentada uma avaliação do progresso das metas e dos indicadores do Objetivo. Estão incluídas duas

medidas de progresso por região: uma avaliação de nível, que mede o nível atual de realização de uma determinada meta ou indicador, e uma avaliação de tendência, que mede o ritmo do progresso desde um ano de referência até o nível atual, bem como a distância em relação à meta, quando aplicável. As regiões da África Subsaariana, da Ásia Central e Meridional e do Norte da África e Ásia Ocidental concentram os piores níveis e as regressões do *tracker*, mas também as maiores lacunas de dados. A América Latina e o Caribe aparece de forma ambivalente, com movimentos feministas em expansão, mas com desigualdades e violência políticas muito prevalentes e diferenças de insegurança alimentar entre mulheres e homens, acima da média global. Europa, América do Norte e Austrália e Nova Zelândia lideram os indicadores, mas várias "estagnações".

Além disso, entre as páginas 34 e 37, consta um anexo que lista, ODS a ODS, os indicadores do marco global que o relatório considera sensíveis ao gênero. São 55 indicadores listados (53 pois dois se repetem em mais de uma meta), dos 234 indicadores totais. Isso dá cerca de 23% do total. Seis ODS reúnem 46 dos 55: o ODS 5 (todos os seus 14 indicadores), o ODS 4 (8), o ODS 16 (7), o ODS 3 (6), o ODS 8 (6) e o ODS 1 (5). Outros três têm poucos (ODS 2 com 3, ODS 11 com 3, ODS 10 com 2, ODS 13 com 1), e sete ODS não têm nenhum indicador sensível ao gênero: 6, 7, 9, 12, 14, 15 e 17.

A comunidade internacional tem deslocado as análises de "avaliar se 2030 será alcançado" para "construir mecanismos de continuidade pós-2030". O panorama da multilateralidade não é dos melhores, mas as perspectivas para novas agendas globais não estão na "assinatura de novos documentos", mas na integração dos mecanismos de revisão e acompanhamento existentes com as novas realidades políticas.

Referências

UN WOMEN; UN DESA. **Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2026.** Nova York: ONU Mulheres e Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, 2026. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/resources/gender-snapshot

UN WOMEN. **In Focus: 81st Session of the UN General Assembly (UNGA81).** 2026. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/articles/in-focus/un-general-assembly

UN WOMEN. **The women's leadership gap that we should all be talking about** (explainer). 17 set. 2026. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/articles/explainer/the-womens-leadership-gap-that-we-should-all-be-talking-about